

REFLEXÃO A CERCA DA IMPORTÂNCIA DE CRIAÇÃO DE
ESPAÇOS DIGITAIS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: A
NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL NA CIDADE DE BELO
HORIZONTE

Maria Diana de Oliveira – mariadianao@gmail.com

Doutoranda Instituto de Geociências – UFMG

Gerente de Projetos e Informações do Orçamento Participativo de Belo Horizonte

Verônica Campos Sales – veronica@pbh.gov.br

Gerente de Planejamento do Orçamento Participativo de Belo Horizonte

INTRODUÇÃO

Desde 1993 a cidade de Belo Horizonte conta com uma política de governo, por meio da qual as decisões sobre a aplicação de parte dos recursos públicos são tomadas pela população: O Orçamento Participativo (OP). Esse mecanismo tem caráter deliberativo e une a experiência técnica dos servidores públicos à vivência dos cidadãos, a partir da realidade do município. O Orçamento Participativo tem contribuído para melhorar a vida de milhares de pessoas, pois tem possibilitado melhorar a eficiência e eficácia dos investimentos públicos, através da escolha de empreendimentos, segundo prioridades definidas pelas comunidades, diminuindo a distância entre democracia representativa e democracia participativa, apesar de todas os aspectos de melhorias ainda necessários. Em Belo Horizonte existe atualmente consolidados duas modalidades de Orçamento Participativo: Orçamento Participativo Regional (1993)/presencial, e Orçamento Participativo Digital (2006).

O Orçamento Participativo Regional foi a primeira modalidade criada e através desta modalidade a eleição de prioridades se dá por um processo longo (quase um ano), exigindo uma participação ativa dos cidadãos, sobretudo até a segunda rodada, momento em que se elege os delegados que irão acompanhar o restante do processo. Este tipo de modalidade já está consolidado na cidade e conta com a participação ativa de milhares de lideranças. Estas lideranças dedicam parte significativa de seu tempo pessoal para a participação no processo e também a *posteriori* no acompanhamento dos empreendimentos. Sabe-se por meio de observações empíricas e levantamento de dados que existe uma pouca renovação da participação popular, sobretudo pelo custo/tempo dedicado a este processo uma

vez que parte significativa dos participantes tem mais de 50 anos de idade e muitos dos membros eleitos para a Comissão de Acompanhamento do Orçamento Participativo são os mesmos desde a sua implantação.

O Orçamento Participativo Digital, a mais recente modalidade de Orçamento Participativo foi experimentada pela primeira vez em 2006 e apresenta os seguintes objetivos conforme relatório interno do Orçamento Participativo Digital 2006:

- Ampliar participação através da incorporação de novos segmentos aos processos participativos (redução dos custos da participação e novas linguagens);
- Definir recursos para obras de maior abrangência, que beneficiam maior percentagem da população.

O processo de votação no OP Digital ocorre através do uso da internet e é aberto a qualquer cidadão maior de 16 anos, com domicílio eleitoral em Belo Horizonte. Os cidadãos decidem sobre obras de grande relevância para a cidade para ser executada pela Prefeitura, diferentemente do OP Regional, em que os empreendimentos são de pequeno porte, de impacto local e de valor menor. Por exemplo, enquanto um empreendimento do OP Regional de alto valor custa em média, R\$2,5 milhões, os empreendimentos colocados em votação em 2011 no Orçamento Participativo Digital tiveram valor a partir de R\$ 5,5 milhões e em 2013 R\$ 50 milhões. Este aspecto é relevante, pois possibilita pensar a cidade para além do seu espaço local, avaliando as políticas públicas de forma mais ampla. Outro aspecto relevante nesta diferenciação é o custo da participação: enquanto no Orçamento Participativo Regional, o processo de definição dos empreendimentos dura quase um ano, no Orçamento Participativo Digital, esta definição pode durar apenas alguns minutos, em função do uso da internet. Outro aspecto relevante do Orçamento Participativo Digital é a possibilidade de se fazer a votação de qualquer computador, não havendo necessidade de sair de casa.

Sendo assim, públicos com outras características sociais, com outras demandas, outros interesses passam a se interessar por esta modalidade de participação, bem como grupos sociais de outras faixas etárias (mais jovens) se dispõem mais facilmente a participar deste processo, pois têm se apropriado rapidamente da linguagem virtual, o que possibilita a ampliação da participação na gestão pública da cidade.

Porém, nas edições do OP Digital 2011 e 2013 houve uma queda significativa no processo de votação. Enquanto em 2008 foram registrados 125.000 votantes, em 2011 foram registrados apenas 25.000 e 2013, 8.900 votantes. É fato que houve a necessidade, por exigência do ministério público e da Auditoria Geral do Município de fazer alguns ajustes na

página de votação visando maior segurança, para a edição de 2011. Já havia assim uma expectativa de diminuição do número de votantes, pois para aumentar a segurança foram incluídos passos na página de votação que levaram a um aumento no tempo de votação e também impossibilitava o uso de listas, já que além do título de eleitor passou-se a exigir que o votante tivesse outros documentos em mãos. Porém, a diminuição foi muito abrupta. Sendo assim questiona-se: Que fatores condicionaram a queda acentuada na participação no OP Digital no ano de 2011 e 2013 e como solucioná-los de modo a aumentá-la? Vários fatores além da reformulação da página também podem ter interferido nesta menor votação tais como: não acessibilidade à página de votação por qualquer *browser* (navegador), empreendimentos colocados em votação de baixo interesse popular, não participação da população na pré-seleção dos empreendimentos a serem colocados em votação, baixo investimento em comunicação, empreendimentos do Orçamento Participativo de anos anteriores com atraso na execução entre outros. Buscando contribuir para o fortalecimento da democracia na cidade de Belo Horizonte esta pesquisa busca identificar os motivos da queda na participação no OP Digital 2011 e 2013 e propor melhorias para a gestão do Orçamento Participativo Digital, com vistas a fortalecer a participação em meio digital.

Trata-se de um estudo de caso e a metodologia de pesquisa foi baseada em: levantamento bibliográfico sobre o tema, levantamento documental, entrevista com gestores; pesquisa na internet sobre a mobilização feita em 2011 e 2013 nas obras com maior mobilização; decretos, portarias, apresentações públicas a cerca do OP digital, avaliação dos e-mails com reclamações e sugestões do OP Digital 2011 e 2013, pois se sabe que foram mais de 700 mensagens de cidadãos, postagens feitas livremente pelos cidadãos no site do OP digital 2011 e Portais do OP Digital 2008 e 2011.

A discussão a cerca da participação digital ainda é insipiente e por vezes superficial. Foi de grande valia a descoberta da obra de Pierre Lévy (2002) por intermédio do livro “O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade” de Rogério Haesbaert (2004)¹ no qual ao descrever os tipos de territórios e fazia referência aos territórios virtuais descritos por Pierre Lévy. A leitura de Pierre Levy (2002) foi fundamental para compreender as infinitas possibilidades, que o meio digital pode trazer para a democracia, assim como a necessidade de compreensão deste novo ambiente para uma atuação do Estado menos verticalizada.

¹ HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

A IMPORTÂNCIA DE CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DIGITAIS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Segundo Peixoto & Ribeiro (2012), entende-se por democracia eletrônica o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como meios para aumentar a transparência de processos políticos, facilitar a participação cidadã nos sistemas de tomada de decisão e, finalmente, melhorar a qualidade do processo de formação de opinião na esfera pública, a partir da abertura de novos espaços de informação e deliberação. Ainda segundo este autor pode se argumentar que o termo “Web 2.0” seja objeto de diferentes interpretações que se referem geralmente aos aplicativos que possibilitam aos usuários gerarem conteúdos e interagirem entre si, em contraposição ao modelo “web 1.0”, em que o usuário é um consumidor passivo da informação oferecida. Redes sociais, wikis, blogs, plataformas de compartilhamento de conteúdo de texto, vídeo ou áudio podem, nesse sentido, ser considerados exemplos típicos de aplicativos 2.0.

Em esfera internacional, é possível identificar um crescimento virtuoso da utilização de tecnologias 2.0 por organizações públicas, sendo tais práticas normalmente denominadas “Governo 2.0”. No Poder Legislativo, um dos mais célebres exemplos provém da Assembleia Legislativa da região da Catalunha (Espanha). A Experiência catalã Parlamento 2.0 refere-se, de maneira geral, ao conjunto de iniciativas on-line da Assembleia regional utilizando ferramentas 2.0. Dessa forma, a seção Parlamento 2.0 do site catalão agrega links do Legislativo em diversos canais de interação como, o YouTube, Facebook e Twitter. Na mesma seção, são oferecidos links para os blogs dos parlamentares, serviços de subscrição personalizada e uma seção de perguntas a serem direcionadas ao presidente do

parlamento, com as respectivas questões e respostas publicadas on-line. (Peixoto & Ribeiro, 2012, p. 153).

Todavia, se há uma lógica na adoção de ferramentas 2.0 por organizações públicas, e se isso pode ser feito a custos reduzidos, não significa que a utilização de tecnologias 2.0 seja livre de implicações e riscos. Em organizações públicas, os fluxos de informação estão sujeitos a restrições burocráticas e hierárquicas, que raramente são compatíveis com a utilização de ferramentas 2.0. Na prática, isso se reflete, na maioria das vezes, em um uso inapropriado dos recursos, essencialmente informacional, pouco reativo e baseado em linguagem inapropriada ao contexto Web 2.0. (Peixoto & Ribeiro, 2012, p. 158).

Merece destaque o sistema de busca legislativa do Senado de Nova York (EUA), o *Open Legislation*², assemelhando-se em termos de design às tradicionais ferramentas de busca da internet, a interface do *Open Legislation* permite ao usuário realizar buscas facilmente com base em temas, autores de proposições, votos, recentes e comissões. Uma vez acessada a legislação, o usuário pode comentar sobre o conteúdo e inscrever via e-mail recebendo assim atualizações relativas a comentários posteriores. É importante mencionar que os dados fornecidos em formatos reutilizáveis para que desenvolvedores externos possam construir seus próprios aplicativos, ajudando assim na coprodução de ferramentas das TICs de utilidade pública. (Peixoto & Ribeiro, 2012, p. 158).

Se por um lado as interações mediadas pela internet podem aumentar os níveis de confiança do cidadão e sua disposição para participar e colaborar com iniciativas públicas, por outro, se estas interações não possibilitarem por parte do poder público respostas rápidas, pode ocorrer desconfiança do cidadão em relação às instituições, contribuindo assim para desgaste da imagem de determinada instituição e/ou programa público. A não execução do empreendimento eleito no Orçamento Participativo Digital 2008 “Reforma da Praça São Vicente” e o não enfrentamento público do problema trouxe consequências para a imagem deste processo de participação. Por outro lado nos traz indícios da potencialidade para este novo mecanismo de controle do poder público: a mídia virtual.

Assim, argumenta-se que uma das principais funções de organizações públicas em relação às TICs, e particularmente à internet, deveria ser o fornecimento de dados em formatos abertos, no sentido de facilitar o desenvolvimento de aplicativos por terceiros. (PEIXOTO, Tiago & RIBEIRO, Helder, p. 161, 2012). Segundo Pierre Lévy (2002) as novas

² Legislação Aberta

ágoras em linha permitem o nascimento de novos modos de informação e de deliberação política ao mesmo tempo em que o voto eletrônico pode completar o quadro de uma harmonização da democracia com a sociedade da inteligência coletiva. O tempo real é essencialmente uma nova velocidade de aprendizagem coletiva. (Lévy, Pierre, 2002, p. 12)

Observa-se que grande parte das inovações em matéria de democracia eletrônica é proveniente de iniciativas realizadas por atores não governamentais. Cada vez mais estudiosos da democracia eletrônica apontam para a função de organizações públicas como uma plataforma ou suporte para que inovações sejam realizadas por terceiros. É o caso do blog SOS Avenida Basílio da Gama, que disponibilizou informações sobre o OP Digital 2011 e postava opiniões dos cidadãos sobre a necessidade de se votar neste empreendimento.

Neste blog elaborado para a mobilização pela comunidade local em prol da votação em prol da Avenida Basílio da Gama, as pessoas tinham a liberdade de postar suas aflições e desejos a cerca deste empreendimento o que com certeza contribuiu para sensibilizar moradores de outras regiões a votar neste empreendimento.

O empreendimento divulgado neste blog foi vencedor o OP Digital 2011 na Regional Norte, observa-se que a sua mobilização foi forte e contou com a solidariedade popular local, quando famílias transformaram suas casas em ponto de votação e divulgaram o processo.

A Avenida Eustáquio Piazza, foi um empreendimento que recebeu maior esforço de mobilização nos dois últimos dias do OP Digital 2011, tornando-se o empreendimento mais votado em toda cidade bem como conseguiu ultrapassar o empreendimento que estava à frente nas outras duas semanas de votação. A mobilização dos moradores locais e a disponibilidade de computadores para votação na área a ser beneficiada facilitou a votação.

A mobilização para votação na Avenida Sanitária, em 2011, contou com a mobilização de lideranças que participam tradicionalmente do OP Regional, conseguindo reverter a votação no último dia, em detrimento da revitalização da Lagoinha, empreendimento que estava bem votado na Regional Noroeste até véspera do final da votação. Para reverter a votação as lideranças locais utilizaram, intensamente as lan houses como meio de votação.

A cidadania e a democracia pressupõem o alfabeto, isto é, a possibilidade de cada cidadão ler, aplicar e criticar a lei, assim como a de participar na sua elaboração. A imprensa permitiu a edificação dos Estados nacionais, graça a uma esfera pública inicialmente

estruturada pelos jornais e, depois, pela rádio e pela televisão. A rede telefônica mundial, a televisão por satélite, a multiplicação dos canais televisivos e, mais recentemente, a interligação mundial dos computadores, que integra todos os media anteriores num meio de comunicação interativa original, leva ao nascimento de um novo espaço público. (Lévy, Pierre, 2002, p. 24 e 25).

Este novo espaço redefine radicalmente as condições da governação e vai, provavelmente, gerar novas formas políticas, ainda dificilmente previsíveis. Graças à nova rede de comunicação global, a própria natureza da cidadania democrática passa por uma profunda evolução que, uma vez mais, encaminha no sentido de um aprofundamento da liberdade: desenvolvimento do *ciberativismo* à escala mundial, organização das cidades e regiões digitais em comunidades inteligentes, em ágoras virtuais, governos eletrônicos cada vez mais transparentes ao serviço dos cidadãos e voto eletrônico. (LÉVY, Pierre, 2002, p.30).

Na noção de democracia, há, simultaneamente, a ideia dos direitos e das liberdades, que implicam a eminente dignidade do cidadão, e a deliberação, do debate e da busca comum das melhores leis e, portanto, da inteligência coletiva no que tem de mais nobre: a procura de uma regra justa, imparcial, universal. Em suma a democracia compreende, ao mesmo tempo, a ideia de liberdade de expressão e de navegação, na esfera informacional, infinitamente maior do que todas as outras mídias anteriores e, simultaneamente, uma ferramenta sem precedente de inteligência coletiva. Entramos então numa época em que a democracia e o ciberespaço vão gerar-se mutuamente um anel autocriador de que a comunidade científica internacional foi a iniciadora e a primeira beneficiária. (Lévy, Pierre, 2002, p. 24 a p.31).

A opinião pública, fundamento das grandes democracias modernas, teria sido impossível sem o desenvolvimento dos jornais e, portanto, sem a imprensa. As grandes ideias liberais e democráticas da Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, como as revoluções americana e francesa, estão alicerçadas na comunicação impressa. Na Europa, os períodos de revolução e de criação política, inclusive até 1968, foram sempre acompanhados de uma exuberante multiplicação dos jornais e das publicações de toda a espécie. A eclosão do ciberespaço apenas prossegue um movimento plurissecular de aumento da visibilidade e da transparência. No campo científico, as técnicas de visualização ganham uma importância crescente: esquemas, mapas, fotos, filmes e simulações interativas pertencem cada vez mais ao dia-a-dia da atividade do investigador. As imagens traduzem e simplificam a percepção de

numerosos dados e são cada vez mais compostas e trabalhadas por computador. (Lévy, Pierre, 2002, p. 35 p. 36).

A principal vantagem da internet, relativamente aos meios de comunicação da democracia mediática da segunda metade do século XX (imprensa, rádio, televisão), é que permite que todos os agentes que os desejem exprimirem-se sem terem de passar pelo poder do jornalista. Resultado: esfera pública alarga-se, diversifica-se e complica-se particularmente. Esta mutação da esfera pública constitui um dos fundamentos da *ciberdemocracia*. O principal fator da criação de riqueza é a inteligência coletiva da população, eu, evidentemente, as tecnologias da informação, convenientemente utilizadas podem reforçar, multiplicar e transformar. Os notáveis, tradicionais (inclusive os sindicatos) resistem em surdina, devido à forma de relação igualitária e transparente que tende a estabelecer-se no ciberespaço e que lhes ameaça o poder. Os autores descortinam aqui o aparecimento de um novo tipo de democracia, que batizam de democracia em rede, menos autoritária e hierárquica do que a representativa clássica e menos tentada pelo puro e simples marketing que de acordo com eles, a democracia participativa reflete. (Lévy, Pierre, 2002, p. 48 a p. 82).

Mais adiante quando apresentarmos os questionamentos a não execução do Orçamento Participativo Digital veremos o quanto tem fortalecido as possibilidades de reivindicações e expressões independentes na internet através, sobretudo de blogs que apresentam posições de grupos organizados frente ao poder público e quanto isto é indicativo da potencialidade da democracia eletrônica.

Os governos estão a passar de uma relação de autoridade sobre subalternos para outra de serviço a cidadãos aos quais têm, cada vez mais, contas a prestar e a internet é um excelente mecanismo de cobrança e de transparência, pois já se posta em tempo real o que acontece nas reuniões, inclusive as públicas. Na esteira das transformações do mercado e das empresas, trata-se, efetivamente, de um progresso da democracia. O movimento que havia sido iniciado na época da imprensa, quando da instauração das grandes democracias modernas e da rejeição das monarquias absolutas, continua. A governação eletrônica contribui para a diminuição da arbitrariedade do Estado. Ao apresentar-se, de agora em diante, como uma máquina útil e não como uma autoridade transcendente, o Estado deve demonstrar àqueles que o sustentam que os serve de modo flexível e prático.

Para Pierre Lévy (2012) a eleição através da internet seria a parte menos importante da democracia eletrônica. Porém, saliento que a disposição para colocar em votação ou mesmo para fazer consultas públicas através da internet pode também contribuir para fomentar as ágoras virtuais, através da colocação em debate de questões que poderão ser definidas por um conjunto maior de pessoas e não simplesmente pelo executivo municipal. Além disso, ao colocar em discussão empreendimentos públicos, um grupo bem maior de cidadãos estará atento à sua realização e utilizará também da internet para manifestar quanto a qualidade e ao tempo de execução daquele projeto/empreendimento. E é pensando nas possibilidades de fortalecimento desta possibilidade que analisaremos as três edições do Orçamento Participativo Digital para compreender os sentidos e significados da diminuição da votação nas edições de 2011 e 2013.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL 2011 E MECANISMOS DE SEGURANÇA ADOTADOS

Em 2011, a metodologia do OP Digital passou por modificações. A proposta foi viabilizar a execução de nove empreendimentos de médio porte, um em cada uma das nove regionais da cidade. Foram colocados em votação trinta e seis empreendimentos, com custo estimado de até R\$ 5.500.000,00, o que significou a disponibilização do mesmo valor do último OP Digital, cerca de R\$ 50.000.000,00, para investimento na cidade. Não foi utilizada a telefonia gratuita, por serem 36 empreendimentos, o que inviabilizaria e dificultaria a votação por telefone e considerando que no último OP o uso da telefonia representou apenas 10% da votação final. O *site* do OP Digital de 2008 (www.pbh.gov.br/opdigital) foi customizado e foram ampliados os espaços para participação popular, debate e discussão.

As Redes Sociais, Facebook, Orkut e Twitter, foram incorporadas no site e vários outros espaços de compartilhamento foram mantidos.

O processo de votação foi alterado por recomendação da Auditoria Geral do Município e pelo Ministério Público. Foram incorporados mais elementos para garantir a segurança da votação conforme determinou o Termo de Ajustamento de Conduta assinado em Audiência de Ação Civil Pública do Ministério Público contra o Município de Belo Horizonte em abril de 2010. A Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais ocorreu em virtude de várias denúncias de fraudes na Edição de 2008 tais como: uso de listas não autorizadas (foram expurgados 13 mil votos) os quais não comprometeram o resultado

final; registro de votos de cidadãos já falecidos, pois os dados sendo liberados pelo TRE ainda no mês de maio (ano de eleição) não possibilitava atualização da base de dados no intervalo de maio a novembro; votação por outra pessoa através do uso indevido do título. A permissão para continuidade só ocorreu mediante uma série de medidas que garantissem maior confiabilidade ao processo.³

A segurança do ambiente abrangeu a proteção de tentativas externas de interferir no andamento do processo de seleção das obras do OP Digital 2011.

O módulo de escolha das obras do OP Digital ficou disponível por um período de 21 dias, sendo que no horário de 01: 00 às 05:59 ficou indisponível para a população, a fim de que rotinas de monitoramento do sistema fossem realizadas.

O limite de votos por ponto de conexão fora da Rede Municipal de Informática foi limitado a 50 votos. Foi definido o máximo de 50 votos por equipamento. Durante o processo, foi informado ao usuário da conexão, quando ele atingiu mais de quarenta votos. Nesse momento, o usuário decidia se queria tornar o equipamento um “Ponto de Votação”, fazendo um cadastro na PBH e se responsabilizando pela fidedignidade dos votos excedentes.

Confirmação da participação OP Digital através de email. O cidadão teve que indicar um email para confirmação de sua participação e de seu voto computado no OP Digital 2011. Para os cidadãos que não tinham email, a PBH disponibilizou o email @bhdigital.pbh.gov.br .

Foram adotadas medidas técnicas para desestimular a utilização de listas de eleitores através de:

- questionário com duas perguntas de interesse da PBH para ser respondido no momento da seleção da obra para aumentar o tempo de votação que foram informar a faixa etária e o sexo do eleitor;
- Foi incluído o preenchimento de dois dados pessoais aleatórios dentre os atributos zona eleitoral e seção, dia e mês de nascimento do eleitor, os quatro primeiros dígitos do CPF e dia, mês ou ano de emissão do título.
- Todo o processo de votação foi acompanhando pela Auditoria-Geral do Município e pela empresa de auditoria externa Lage & Lage Auditores Ltda.

³ Fonte: Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento e Gestão. Ata de Audiência de Ação Civil Pública de 05 de abril de 2010. IN: **Dossiê Orçamento Participativo Digital 2011.**

O cidadão com domicílio eleitoral em Belo Horizonte precisava passar por 3 passos para concluir a votação: 1. Informar o número do Título Eleitoral, informar E-mail, confirmar e-mail, responder a duas perguntas (Faixa etária e gênero) e informar os caracteres de segurança indicados no Capcha; 2. Informar um dado aleatório como zona eleitoral, sessão eleitoral, dia do nascimento, mês do nascimento, data de emissão do título ou os 4 primeiros dígitos do CPF; e 3. escolher os empreendimentos e confirmar votação. O Site informava, em tempo real, o número de votos contabilizados para cada empreendimento e um e-mail de confirmação do voto era enviado para o cidadão.

Cada computador poderia registrar o voto de até cinquenta eleitores. Quem quisesse liberar seu micro para mais eleitores participarem do processo deveria se cadastrar como Ponto de Votação no Site do OP Digital e preencher o formulário eletrônico informando: Número do Título de eleitoral, E-mail, Confirmação de e-mail, Nome do Ponto de Votação, Endereço do Ponto de Votação, Digitar as palavras de segurança que aparecem no canto direito da página. Clique no botão continuar no final da página à direita.

O cidadão recebia uma mensagem em seu e-mail para confirmação do cadastro.

Resultado da votação do OP Digital 2011			
Nome do Empreendimento	Regional	Votos	Total por Regional
Construção de ponte no bairro Jatobá IV	Barreiro	6.469	16.332
Revitalização do Centro Comercial do Barreiro	Barreiro	1.973	
Alargamento da Rua Júlio Mesquita	Barreiro	838	
Revitalização da Rua Antônio Eustáquio Piazza	Barreiro	7.052	
Reforma de calçadas do hipercentro - Caminhos da Cidade	Centro Sul	2.273	8.847
Requalificação da Praça do Papa	Centro Sul	618	
Restauração e requalificação do	Centro Sul		

Viaduto Santa Teresa		2.477	
Instalação de câmeras de videomonitoramento	Centro Sul	3.479	
Requalificação da Pista de Cooper na Av. dos Andradas	Leste	1.538	8.374
Requalificação do Centro Comercial da Av. Silviano Brandão	Leste	1.787	
Complexo de drenagem da Rua Minduri	Leste	2.049	
Instalação de câmeras de videomonitoramento	Leste	3.000	
Revitalização dos Parques da Av. José Cândido da Silveira	Nordeste	2.496	10.282
Construção de Centro Cultural	Nordeste	1.579	
Construção da Praça da Juventude	Nordeste	2.374	
Instalação de câmeras de videomonitoramento	Nordeste	3.833	
Requalificação da Av. Abílio Machado	Noroeste	1.409	10.396
Requalificação do Complexo da Lagoinha	Noroeste	3.317	
Tratamento de fundo de vale da Av. Sanitária	Noroeste	3.940	
Instalação de câmeras de videomonitoramento	Noroeste	1.730	
Revitalização do Campo do Tupinense	Norte	2.440	11.524
Requalificação da Av. Waldomiro Lobo	Norte	1.650	
Tratamento de fundo de vale da Av. Basílio da Gama	Norte	5.086	

Instalação de câmeras de videomonitoramento	Norte	2.348	
Drenagem e obras complementares da bacia da Rua Platina	Oeste	2.142	
Ponte sobre o Córrego Cercadinho	Oeste	3.487	
Revitalização da Rua Úrsula Paulino	Oeste	1.397	8.901
Instalação de câmeras de videomonitoramento	Oeste	1.875	
Urbanização da Av. Francisco Negrão de Lima	Pampulha	3.409	
Construção de Rotatória	Pampulha	1.235	
Implantação do Parque Vila Barroquinha	Pampulha	1.872	9.335
Instalação de câmeras de videomonitoramento	Pampulha	2.819	
Revitalização do Centro Comercial de Venda Nova	Venda Nova	1.167	
Revitalização da Av. Vilarinho	Venda Nova	2.577	
Recuperação dos corredores de transporte coletivo de Venda Nova	Venda Nova	4.125	8.733
Construção de Espaço Cênico	Venda Nova	864	
Empreendimento com maior votação			

Fonte: Resultado da votação do OP Digital disponível em:

<<http://www.pbh.gov.br/portaldoop>>, adaptado pela autora em outubro de 2012.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL 2013

Foram retomadas as diversas medidas de segurança utilizadas no processo de votação do OP Digital realizado em 2011, para atender à solicitação da Auditoria Geral do

Município e do Ministério Público, através de Termo de Ajuste de Conduta firmado em abril de 2010 em virtude de diversos questionamentos ocorridos na Edição de 2008.

Para a inicialização dos trabalhos foram retomados os pontos críticos apontados no OP Digital 2011 com vistas a tornar as lições aprendidas para o OP Digital 2013.

A proposta foi viabilizar a execução de um empreendimento para cidade. Foram colocados em votação três empreendimentos, com custo estimado de até R\$ 50.000.000,00, o que significou a aplicação do mesmo valor do último OP Digital, cerca de R\$ 50.000.000,00, para investimento na cidade. Não foi utilizada a telefonia gratuita e o *site* do OP Digital de 2011 foi customizado mantendo os espaços para participação popular, debate e discussão.

Resultado da votação dos empreendimentos do OP Digital 2013	
Empreendimentos	N.º de votos
Ampliação do Sistema de Videomonitoramento	3.933
Construção de Espaço Multiuso para Eventos de Esporte e de Lazer	907
Urbanização e Revitalização de Espaços Públicos	4.060
Total	8.900

ASPECTOS RELEVANTES QUE DIFERENCIARAM O OP DIGITAL 2011 E 2013 DOS OPS DIGITAIS ANTERIORES E CONTRIBUÍRAM PARA O DECLÍNIO DA PARTICIPAÇÃO

- Para aumentar a segurança foram inseridos vários passos no processo de votação que contribuiu para o gasto de maior tempo no processo de votação o que podia ocasionar erros e levar o cidadão a desistir antes de finalizar o processo. Este dado pode ser inferido pelo tempo gasto para votar. Na edição de 2008, o tempo médio na página de votação foi de 5'12" e em 2011 foi de 7'12".
- Em virtude dos mecanismos de segurança implantados não foi possível fazer listas de votação, garantindo maior segurança à votação. Pelo sistema anterior era possível votar utilizando-se apenas do título eleitoral e também não havia

controle prévio dos computadores que fossem registrar número superior a 50 votos.

- O tempo de divulgação prévia foi muito pequeno, haja vista que houve uma demora interna na definição dos empreendimentos que iriam para votação. Este fato atrasou a publicidade do Orçamento Participativo Digital 2011, bem como a disponibilização das informações no site. Era prevista a divulgação iniciar com 1 (um) mês de antecedência, porém, a divulgação em 2011 iniciou-se apenas a uma semana do processo de votação e em 2013, iniciou no primeiro dia de votação.
- Havia a necessidade de instalação do java para acessar esta página o que inibia, em várias situações o participante de continuar o processo até finalizar a votação. Este aspecto também foi verificado pelo registro de diversas mensagens e ligações recebidas na gerência do OP relatando tanto a dificuldade de navegação quanto o receio de instalação do java.
- A não conclusão do empreendimento aprovado no Orçamento Participativo Digital 2008, o qual foi expressivamente votado aliada à uma quantidade significativa de cobrança pela execução do empreendimento pode ter contribuído significativamente para a queda na participação. Esta insatisfação pôde ser observada tanto nas mensagens de cobrança à Prefeitura de Belo Horizonte recebidas através da ouvidoria do Município, quanto nos e-mails enviados à Gerencia do OP, tanto no OP Digital 2011, quanto em 2013.⁴
- Avalia-se que a divulgação foi baixa, não houve campanha televisiva específica para o OP digital, houve apenas referência ao OP Digital dentro de uma campanha maior dos empreendimentos da Prefeitura de Belo Horizonte, porém, foi possível observar que nos dias das campanhas eram registrados maior número de votantes.
- Observa-se que houve maior votação na faixa entre os 20 e 39 anos de idade, que poderia ter sido potencializada caso houvesse um maior envolvimento na divulgação junto às universidades, através de parcerias entre estas e a Prefeitura. Porém, esta informação é indicativa de que um público de faixa etária mais jovem tem participado pouco do OP Digital, não atendendo um de

⁴ Grande parte das solicitações que chegam ao e-mail do OP e da Ouvidoria são relativas a cobrança sobre qualidade de empreendimentos e/ou pela execução. A cobrança pela execução do empreendimento do OP Digital 2008 é recorrente.

seus objetivos, ampliar a participação para novos grupos sociais. Resultado semelhante pôde ser visto também em 2013.

- Ausência de consulta à população na indicação dos empreendimentos colocados em votação no OP Digital 2011 e 2013. A não participação das lideranças no processo de pré-seleção dos empreendimentos a serem colocados em votação pode ter também contribuído para o baixo envolvimento das lideranças na mobilização espontânea para o OP Digital, pois diferentemente de 2006, quando houve grande mobilização das lideranças, em 2011 e 2013, apenas empreendimentos de grande apelo popular tiveram maior mobilização espontânea para votação das próprias comunidades.
- Empreendimentos indicados em 2013 inicialmente apresentavam problemas relacionados a divulgação e detalhamento do escopo para a população.
- Retirada de dois dos três empreendimentos indicados para votação do OP Digital 2013 a menos de 15 dias para o lançamento da votação, inicialmente prevista para 27 novembro a 11 de dezembro;
- Iniciar o OP Digital 2013 sem a execução dos Projetos dos 9 empreendimentos eleitos em 2011 e não ter concluído a obra da Praça São Vicente aprovada em 2008 (49.000 eleitores).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto sobre a realização do OP Digital 2011 e 2013 podemos afirmar que, a queda da participação reflete tanto avanços quanto retrocessos na realização do OP Digital na cidade de Belo Horizonte. Do ponto de vista dos avanços, cabe destacar que as questões relativas à segurança no processo de votação, aspecto de grande questionamento e que colocava em cheque a continuidade ou não na realização desta modalidade de Orçamento Participativo foi resolvida através das medidas de segurança tomadas no processo de votação bem como do monitoramento constante realizado durante todo o processo de votação, sendo hoje inviável uma pessoa votar duas vezes bem como a realização de votação através de listas não autorizadas. Vale ressaltar que para este avanço houve o enfretamento por parte da Prefeitura de Belo Horizonte das questões de segurança buscando as soluções técnicas possíveis e a aquisição de certificados de segurança, servidor próprio para a hospedagem dos

dados. Ainda assim, observou-se que houve problemas técnicos que não comprometeram a segurança, mas que dificultaram a votação, situação esta que se espera estar resolvida para a edição 2013.

Enquanto houve avanços técnicos significativos para garantir a segurança, houve poucos avanços no sentido de garantir a participação direta da população na escolha dos empreendimentos a serem colocados em votação. Muitos dos empreendimentos colocados em votação já haviam sido apresentados como prioridades em processos participativos anteriores, porém, não houve uma consulta prévia para validá-los e/ou possibilitar a indicação de outras possibilidades. Este fato pode ter contribuído para um maior distanciamento das lideranças no momento da mobilização para a votação.

A não execução do empreendimento eleito no OP Digital 2008 colocou em cheque a credibilidade do Orçamento Participativo Digital promovendo a desmobilização em áreas que seriam beneficiadas com este empreendimento.

Conforme observamos em mensagens postadas na internet, é necessário que empreendimentos eleitos em processos participativos anteriores, inclusive do Orçamento Participativo Regional sejam executados para que a legitimidade do Orçamento Participativo Digital se fortaleça.

Ressalta-se que apesar de ser um avanço a disposição para a realização do Orçamento Digital, ainda é necessário avançar nos processos de comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte junto à sociedade buscando formas de elaboração de uma comunicação mais horizontal e real no uso das mídias web 2.0.

Por último destaco a relevância da realização de tal processo participativo na cidade haja vista que apesar de todas as questões apontadas como empecilhos ao processo, percebe-se que este vem se aperfeiçoando significativamente e constitui em um procedimento ousado, trabalhoso e moderno de participação. Por ele já é possível observar que novas interações por meio dos espaços virtuais já estão acontecendo e estão sendo apropriadas pela população para estabelecer suas estratégias de controle das atividades desenvolvidas pelo poder público. Este controle do poder público como vimos em diversas postagens na internet, já não seguem as antigas regras verticalizadas de comunicação, sendo possível já observar certa autonomia no uso das ferramentas virtuais para a postagem de opiniões e de questionamentos, o que nos instrumentaliza para concordar com os escritos de Pierre Lévy (2002), sobre um aumento da horizontalização do poder público, ou das possibilidades de controle deste.

REFERÊNCIAS

Belo Horizonte, 2012. Secretaria Municipal Adjunta e Planejamento e Gestão. *Resultados do orçamento participativo digital edição 2011*. Disponível em: www.pbh.gov.br/portaldoop. Acesso em: 12 mar.

Belo Horizonte, 2012. Secretaria Municipal Adjunta e Planejamento e Gestão. *Relatório do orçamento participativo digital edição 2008*. Disponível em: www.pbh.gov.br/portaldoop. Acesso em: 12 mar.

Belo Horizonte, 2012. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento e Gestão. Relatório de Segurança do OP Digital 2011, Prodabel, 2011. In: *Dossiê Orçamento Participativo Digital 2011*. Relatório Interno.

Belo Horizonte, 2014. Secretaria Municipal Adjunta e Planejamento e Gestão. *Relatório do orçamento participativo digital edição 2013*. Relatório Interno, Acesso em: 12 mar.

Haesbaert, R., 2004. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Lévy, P. *Ciberdemocracia*. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

Peixoto, T.; Ribeiro, H., 2012 *Estudo de Boas Práticas: Democracia Eletrônica no Brasil e no Mundo* Revista do Legislativo. Assembleia 2020. Versão editada. Disponível em: https://docs.google.com/a/pbh.gov.br/viewer?a=v&q=cache:4eoazXy6_z8J:www.macroplan.com.br. Acesso em 20 de setembro de 2012.

<http://www.pbh.gov.br/portaldoop>, acesso em junho de 2012.

<http://www.pbh.gov.br/opdigital>, acesso em setembro de 2012.

<http://bairrosaosalvador.wordpress.com/tag/marcio-lacerda>, acesso em setembro de 2012.

http://www.jornalwebminas.com.br/minas_noticia.php?noticia=10.

<http://sosbasiliodagama.blogspot.com.br/>, acesso em 14 de outubro de 2012.

Lévy, P. *Entrevista*. São Paulo em outubro de 2011, Disponível em <http://celia-cassiano.blogspot.com.br/>, acesso em 20 de outubro de 2012.

